

Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTO Nº , 2019

(Do Sr. LUIZÃO GOULART)

Requer a inclusão de um convidado na mesa da Audiência Pública que irá discutir “A composição e atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados” atinente a MP 869/2018.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência Requeiro, a inclusão do nome abaixo relacionado entre os convidados para participar de Audiência Pública com o objetivo discutir “A composição e atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados” atinente a MP 869/2018, sobre a qual trata o Requerimento nº 45/2019 – CCJC:

Sr. Márcio Silva Novaes – Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – Abratel.

JUSTIFICAÇÃO

O tratamento de dados é inegavelmente relevante para o desenvolvimento econômico e social do país. Em contrapartida, já tem se tornado evidente para a nossa população que seus benefícios vêm acompanhados de riscos com um enorme potencial de danos individuais e coletivos.

A criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, responsável por fiscalizar e supervisionar a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, bem como aplicar sanções relativas ao uso, processamento ou coleta indevida de dados, é central para que se garanta o controle adequado do tratamento de dados.

O desafio será encontrar maneiras de compatibilizar a privacidade individual e coletiva com o desenvolvimento de inovações que possam ter impactos sociais positivos, bem como possibilitar a regulação do acesso e do tratamento de indivíduos sem expô-los a riscos. O processo de aprovação da LGPD contou com a participação de diversos atores da sociedade civil e especialistas do tema.

A fim de que este processo participativo seja mantido, requer-se a aprovação desta inclusão para que o especialista acima possa contribuir para o aperfeiçoamento desta Autoridade, figura central no controle e aplicação da LGPD.

Garantindo então, que esta Comissão se apodere dos fatos e contribua com o aperfeiçoamento da proposta enviada pelo Governo, respeitando o interesse público.

Desta forma, solicito aos nobres pares a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em de maio de 2019.

Deputado LUIZÃO GOULART

PRB/PR